

Limites do Direito *Samuel*

21 DEZ 1985

Os limites da liberdade na sociedade democrática balizaram as palavras do Presidente da República no almoço que as Forças Armadas lhe ofereceram pelo final do ano. Nesse sentido, o discurso foi um passo adiante na centralização das responsabilidades que mais lhe dizem respeito e que compartilhou com a Aliança Democrática, na ação de governo, e com o seu partido — o PMDB — na gestão política nacional. José Sarney especificou mais nitidamente o compromisso presidencial nesta fase histórica.

Do reconhecimento da contribuição das Forças Armadas, neste momento em que se restaura, “em sua plenitude, a democracia dentro da segurança e da ordem”. O Presidente Sarney foi à reafirmação da suprema autoridade governamental e à cautela — senão o temor — relativa à “compreensão quanto aos limites da liberdade numa sociedade democrática”. O direito de cada um termina onde começa o direito dos outros e da coletividade. É dever insubstituível do Estado garantir esses direitos e, portanto, defender a ordem como o bem comum mais valioso.

A importância política dessas palavras, que convocam a responsabilidade democrática de toda a Nação, está na circunstância de que foram pronunciadas num momento destituído de dramaticidade. Não há tensões sociais ou políticas ao final de um ano que registrou “grandes transformações”, decisivas para o restabelecimento da legitimidade política. Há resultados traduzidos em confiança geral nas instituições e no destino constitucional do país. Reconciliaram-se a sociedade e o Estado com os meios e os fins democráticos que a todos servem.

A progressiva normalidade das instituições políticas se faz ao compasso das transformações corretivas dos excessos de poderes e da transferência das responsabilidades aos cidadãos. Para o novo ano o Presidente anuncia a tônica da justiça social das novas iniciativas do governo: “Atravessamos incertezas e momentos difíceis. Mas chegamos ao fim de 1985 com o país livre das tensões.” Portanto, o Brasil se credenciou a prosseguir com firmeza o caminho da sua opção democrática.

Ganha relevo político, na moldura do final de ano, a reivindicação de autoridade com que se apresentou o Presidente Sarney, porque não está respondendo a ninguém mas exprimindo uma convicção nacional. A Nação quer ouvir a autoridade reafirmar-se em compromisso democrático com as transformações, a liberdade e a ordem. “Não transigir com a anarquia” é proteger “os limites da liberdade numa sociedade democrática”.

“A tolerância — lembra o Presidente Sarney — nunca pode ser confundida com franqueza”. Este ano que termina, rico de experiência, permitiu que se comprovasse a superioridade dos meios democráticos nas relações entre governantes e governados. Não há quem possa duvidar das vantagens sociais e políticas da liberdade como educação para as responsabilidades de uma Nação. O Presidente também aprendeu que são intransferíveis as suas responsabilidades e que, pela índole do regime, não pode compartilhar as que são excluídas do cargo que exerce e da confiança suprema que lhe cabe. Nos bons e nos maus momentos.